

**Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Sistema Nacional de Emprego**

GÊNERO E TRABALHO **SANTA CATARINA**

Dados Sobre Trabalhadores e Trabalhadoras no Estado Catarinense

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO
E HABITAÇÃO – SST
DIRETORIA DE TRABALHO E EMPREGO – DITE
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE
EMPREGO – SINE

GÊNERO E TRABALHO EM SANTA CATARINA: dados
sobre trabalhadores e trabalhadoras no Estado Catarinense.

Florianópolis, março de 2012.

AUTORES:
LEANDRO DOS SANTOS, sociólogo.
PIETRO CALDEIRINI ARUTO, economista.

Introdução

As mulheres representam no estado de Santa Catarina pouco mais da metade da população total, o que constitui, portanto, uma maioria. Segundo os dados levantados pelo CENSO em 2010, 50,4% da população total é composta pelo sexo feminino, o que corresponde a 3.148.595 de pessoas; os homens somam 3.101.087. O aumento do contingente feminino nestes dez anos – tomando por base os dados do CENSO/2000 – foi da ordem de 17%, um ponto percentual acima do crescimento populacional masculino.

No entanto, em se tratando das condições relacionadas ao *mundo do trabalho*, às mulheres ainda se apresentam significativas diferenças quando em comparação ao gênero masculino. Isso é, claro, sem negligenciar os avanços obtidos nas últimas décadas. Para exemplificar tal condição paradoxal, note-se que, muito embora representem a maioria da população, a participação das mulheres na composição da População Economicamente Ativa foi de 44,5% em 2009 (vide tabela 2), isto é, a proporção de mulheres trabalhando ou procurando emprego.

O que chama atenção nesse ponto é o fato de que nessa definição convencional da categoria *mercado de trabalho* já estar implícito uma demarcação dos espaços de atividade e de não atividade que ignora os afazeres de cuidado do lar e dos entes familiares, tradicionalmente executado pelo gênero feminino, como atividades produtivas e, portanto, de relevância para a sócioeconomia – ainda que alheio à lógica do mercado, e por isso mesmo não contabilizado.

O breve circunlóquio acima teve por objetivo introduzir ao leitor dos avanços importantes e ainda assim dos desafios do presente que marcam as questões de gênero em relação às condições que delineiam o mundo do trabalho e, cujas páginas seguintes pretendem informar, ao apresentar com alguns dados para o âmbito do Estado de Santa Catarina.

O presente relatório de pesquisa está estruturado em duas seções. A primeira parte aborda o tema do trabalho por gênero em um delineamento histórico, destacando os principais indicadores do mercado de trabalho. A segunda seção analisa a conjuntura do mercado de trabalho formal segundo o gênero para os anos de 2010 e 2011.

SEÇÃO 1: PERSPECTIVA HISTÓRICA DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

1. Indicadores gerais do mercado de trabalho

A taxa de participação em Santa Catarina foi registrada em 67,4% no ano de 2009 (na média nacional a taxa ficou em 62,1%). Isto significa a proporção das pessoas economicamente ativas, isto é, que trabalhavam ou estavam à procura de trabalho, em relação às pessoas em idade ativa (que se refere às pessoas com 10 anos ou mais de idade).

Ao analisar o comportamento segundo o gênero, observa-se a ratificação de uma das principais mudanças na estrutura do mercado de trabalho nacional e internacional nas últimas décadas: o movimento contínuo de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. De 1992 a 2009, a taxa de participação feminina saiu de 52,2% para 59,2%, o que representa um crescimento de 7 pontos percentuais. Em contrapartida, a taxa de participação masculina decresceu em 4%, ao decair de 79,8% para 75,8%. Embora tenha diminuído, a diferença na taxa de participação entre homens e mulheres permanece alta, expressa em 16,6% no ano de 2009.

A participação inferior das mulheres no mercado de trabalho ‘convencional’, quando comparado ao contingente masculino, é ainda fortemente motivada por fatores lastreados na cultura. O conceito convencional de trabalho não abrange, por exemplo, um conjunto de atividades relacionado aos afazeres domésticos que são tradicionalmente realizados pelas mulheres, distribuídos segundo uma divisão do trabalho social marcada pelo atributo sexual. Apesar de não contabilizadas monetariamente, tais atividades possuem uma importância significativa porque estão relacionadas à função de reprodução da vida social e da força de trabalho, inclusive do nível de qualidade desta.

Tabela 1: Indicadores gerais do emprego – Santa Catarina – 1992/2009

Indicador	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Participação (10 anos ou mais), em %																
Total	65,9	66,1	68,5	63,7	64,4	65,7	67,3	64,5	66	65,9	67,1	66,7	66,8	67,2	65,3	67,4
Homens	79,8	79,1	81	76,5	77,4	76,9	78,6	74,6	76,8	75,7	77	76,6	75,9	76,2	74,7	75,8
Mulheres	52,2	52,9	56,1	51,2	51,4	54,8	56,1	54,4	55,9	56,4	57,5	57,6	58,2	58,6	56,4	59,2
Nível de Ocupação (10 anos ou mais), em %																
Total	63,4	64,1	66,2	61,1	61,4	61,2	62,5	61,8	63,2	62,1	64,1	63,7	63,7	64,1	62,3	63,8
Homens	77,2	77	78,6	74,1	74,7	72,7	74	71,8	74	72,4	74,4	74,3	73,2	73,7	72,1	72,8
Mulheres	49,8	51	54	48,3	48,1	50,2	51	51,9	52,7	52,2	54,2	53,9	54,6	54,8	53,1	55,1
Taxa de Desemprego (10 anos ou mais), em %																
Total	3,8	3	3,2	4,2	4,7	6,7	7,2	4,2	4,5	5,7	4,4	4,5	4,7	4,7	4,5	5,3
Homens	3,3	2,7	2,9	3,1	3,6	5,5	5,8	3,8	3,5	4,4	3,4	2,9	3,5	3,2	3,5	3,9
Mulheres	4,6	3,6	3,7	5,7	6,3	8,4	9,2	4,7	5,7	7,3	5,8	6,5	6,2	6,5	5,8	7
Taxa de Formalidade, em %																
Total	50,7	52,6	50,5	51,7	52,6	50,8	52,1	56	54,8	57,8	59,6	60,2	62,4	67,1	66,4	69,6
Homens	57,2	59,3	56,6	56,1	56,3	54,6	57,3	57,9	57,2	60,3	60,5	62,8	62,8	68,7	67,1	71,1
Mulheres	40,8	42,2	41,7	45	46,9	45,5	44,4	53,3	51,5	54,4	58,4	57	61,9	65	65,7	67,7
Taxa de Desemprego Juvenil (15 a 24 anos), %																
Total	7,7	5,6	5,7	7,8	8,2	15,1	15	8,9	10,4	11,1	9	9,5	11,3	10,8	9	11,5
Homens	6,1	4,7	4,9	6,5	6,5	12,3	11,6	8,5	8,5	8,4	7,2	5,5	8,3	7	8,1	9,4
Mulheres	10	7	6,6	9,7	10,6	18,5	19,7	9,5	12,8	14,3	11,3	14,3	15,1	15,5	10,1	14,3

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

O período compreendido entre 1992 a 2009 marca não somente o aumento na taxa de participação feminina no mercado de trabalho – que diz respeito à busca ativa por trabalho, mas não reflete necessariamente o resultado desse esforço, qual seja, a conquista de um emprego ou ocupação -, como também sinaliza maiores níveis de ocupação, isto é, a proporção das pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa.

No total, o nível de ocupação em Santa Catarina manteve-se estável, indicando em 2009, o nível de 63,8% (no Brasil esse valor foi de 56,9%). Quando se observam os dados por gênero, percebe-se um movimento distinto, tal como o ocorrido com a taxa de participação. Enquanto registrou-se uma diminuição no nível de ocupação dos homens (de 77,2% para 72,8%), entre as mulheres ocorreu uma elevação (de 49,8% para 55,1%). Com isso, reduziu-se a diferença entre homens e mulheres, que caiu de 27,4% em 1992 para 17,7% em 2009.

Em mensuração sobre as variáveis que estariam mais fortemente associadas ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, pode-se admitir que, entre outros fatores que apresentam forte influência sobre o fenômeno, constam: a elevação da escolaridade feminina, a mudança no perfil demográfico relacionado à redução no número de filhos, a expectativa de uma maior autonomia por parte da mulher e uma maior

necessidade ou disponibilidade em contribuir para a manutenção ou elevação da renda familiar.¹

A trajetória da taxa de desocupação (proporção das pessoas desocupadas à procura de emprego em relação às pessoas economicamente ativas na semana de referência) em solo catarinense manteve-se ao longo do período oscilando a uma média de 4,7 pontos percentuais.² Valores superiores à taxa média aconteceram em momentos de crise econômica, que estiveram por sua vez correlacionadas a dinâmicas da conjuntura econômica internacional. Tal foi o caso nos anos de 1998 e 1999, período em que ocorreram as crises asiática e russa, em que as taxas de desocupação atingiram seu mais alto valor, respectivamente em 6,7% e 7,2%. Já em 2009 a desocupação atingiu 5,3%, reflexos da crise financeira internacional que teve início no final de 2008 a partir do EUA.

Com taxas de desocupação abaixo das registradas na média nacional – considerando as pessoas de 10 anos ou mais de idade, enquanto no Brasil a desocupação atingiu 8,3% em 2009, em Santa Catarina esse valor foi de 5,3% -, Santa Catarina compartilha com o Brasil a experiência de não ter alcançado na série história (1992-2009) os valores verificados em 1992/1993/1995. Nesse triênio, no Estado catarinense verificou-se uma taxa de desocupação abaixo dos 4 pontos percentuais, marca essa não atingida até então.

Ao observar os dados da série histórica da PNAD, percebe-se que o desemprego atinge mais fortemente as mulheres do que os homens, e também, mais a população jovem do que a população adulta. Enquanto na série histórica a taxa média de desocupação total da população em idade ativa (10 anos ou mais) foi de 4,7%, entre as mulheres foi de 6,1% e entre os homens 3,7%, o que representa uma diferença de 2,4 pontos percentuais.

Entre os jovens com idade entre 15 a 24 anos, a taxa média de desocupação total foi de 9,8%, reproduzindo-se nesta faixa etária, e até com maior aprofundamento, a mesma diferença em relação ao gênero. A média do desemprego juvenil feminino foi de 12,5%, e entre os homens jovens foi de 7,7%, o que representa uma diferença de 4,7 pontos percentuais.

¹ CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

² Além da taxa de desocupação aqui empregada, conhecida como desemprego aberto, existem medições sobre o fenômeno do desemprego que levam em conta outras dimensões, tais como: desemprego oculto por trabalho precário (pessoa desempregada que procurou emprego e que tenha trabalhado em jornadas reduzidas e esporádicas, os chamados *bicos*) e desemprego oculto por desalento (pessoa que não procurou trabalho em período recente, na semana ou no mês de referência, mas que tenha procurado nos últimos 12 meses).

Para medir o grau de formalidade dos postos de trabalho, e assim refletir razoavelmente sobre o nível de qualidade das ocupações, considerou-se como formal a ocupação legalmente protegida pelos direitos advindos da previdência social.³ Para tanto, foi utilizado como indicador as pessoas que contribuíam para o instituto da previdência a partir da ocupação no trabalho principal em relação ao conjunto total de ocupados.⁴

No Brasil a taxa de formalidade atingiu em 2009 o patamar de 53,3%. Em Santa Catarina esse valor ficou em 69,6%, o que representa uma diferença de 16,3 pontos percentuais. Interessante notar que, como visto anteriormente, as taxas de desocupação do triênio 1992/93/95 tenham apresentado os menores valores nos últimos 16 levantamentos da PNAD, em termos de formalização – ou se preferir, de alcance da seguridade social –, apresentam as menores taxas na série histórica. Ao longo desta série (1992-2009) pode-se perceber como a participação de contribuintes à previdência foi sendo continuamente elevada. Destaque para o período recente, subsequente ao ano de 2004, cujos valores ficaram sempre acima dos 60 pontos percentuais.

A diferença entre homens e mulheres quanto à formalização dos postos de trabalho vem sendo também paulatina e expressivamente diminuída ao longo dos anos em Santa Catarina. Foi de 16,4% no início do período e atingiu 3,4% em 2009. Para esse ano, enquanto entre os homens a taxa de formalidade assumiu 71,1% dos ocupados, entre as mulheres a participação de contribuintes atingiu a marca de 67,7% da mão-de-obra ocupada.

³ A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991).

⁴ Essa formulação foi uma das utilizadas no relatório do projeto CEPAL/PNUD/OIT (*op.cit.*). A utilização desta fórmula aqui se deve a limitações de acesso aos micro-dados da PNAD, que permitiria realizar determinadas desagregações, de modo a poder perceber, por exemplo, as contribuições previdenciárias segundo a posição na ocupação e categorias de emprego, como também restringir a pesquisa para a população acima de 14 anos, e assim adquirir uma maior precisão na informação produzida. Diante dessas limitações de natureza técnica e das possibilidades de comparação com os dados a nível Brasil, é que se considerou a contribuição da população ocupada em geral.

2. Distribuição ocupacional

No período de 1992-2009, a variação anual de crescimento da população economicamente ativa (PEA) foi mais acentuada entre as mulheres do que entre os homens, 3,1% ante 1,9%.

Já em relação ao crescimento anual da população ocupada no período, na média total da população esse crescimento foi da ordem de 2,3%, enquanto entre as mulheres houve crescimento de um ponto percentual acima do registrado entre os homens, 2,9% e 1,9%, respectivamente.

Por outro lado, expressando as dificuldades de inserção das mulheres no mercado de trabalho (a exemplo disso, vide a taxa de desocupação na tabela 1), o contingente anual de desocupados cresceu mais fortemente entre as mulheres (5,7%) em comparação aos homens (3%).

Consideremos agora a evolução da população ocupada segundo sua posição na ocupação. Em termos globais, os principais grupos ocupacionais no estado catarinense estavam assim distribuídos em 1992: empregados (49%), conta-própria (20%) e os não-remunerados (18%). Já em 2009, essa distribuição sofre alterações assumindo percentuais e ordenamento diferenciados: os empregados constituindo 62% dos ocupados, conta-própria 17% e os empregadores 7%.

Interessante notar que no contingente feminino a posição na ocupação em que se verificou maior crescimento foi na categoria de empregador (9,1%), enquanto que entre os homens a maior variação anual se deu na posição de trabalhador doméstico (10,3%).

Tabela 2: Evolução da PEA por posição na ocupação – Santa Catarina – 1992 e 2009

Itens	1992			2009			Var. Anual %		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
PEA	2.407.458	1.447.758	959.700	3.611.977	2.003.010	1.608.967	2,4	1,9	3,1
Ocupados	2.315.516	1.400.085	915.431	3.420.932	1.924.803	1.496.129	2,3	1,9	2,9
Empregador	86.265	70.941	15.324	225.079	158.211	66.868	5,8	4,8	9,1
Trabalhadores Domésticos	108.971	1.703	107.268	168.356	8.955	159.401	2,6	10,3	2,4
Com carteira assinada	24.404	567	23.837	57.910	2.985	54.925	5,2	10,3	5,0
Sem carteira	84.567	1.136	83.431	110.446	5.970	104.476	1,6	10,3	1,3
Conta Própria	472.177	380.240	91.937	591.047	433.434	157.613	1,3	0,8	3,2
Não remunerados	421.668	156.064	265.604	214.927	72.241	142.686	-3,9	-4,4	-3,6
Próprio Uso e Consumo	97.049	23.266	73.783	109.851	42.388	67.463	0,7	3,6	-0,5
Empregados	1.129.386	767.871	361.515	2.111.672	1.209.574	902.098	3,7	2,7	5,5
Com carteira assinada	822.344	567.529	254.815	1.527.187	904.494	622.693	3,7	2,8	5,4
militares e estatutários	87.973	41.997	45.976	191.645	74.031	117.614	4,7	3,4	5,7
Outros	219.069	158.345	60.724	392.840	231.049	161.791	3,5	2,2	5,9
Desocupados	91.942	47.673	44.269	191.045	78.207	112.838	4,4	3,0	5,7

Fonte: PNAD/ IBGE. Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC.

Pode-se dizer que o aumento do número de empregados se deveu principalmente ao crescimento do número de empregadas mulheres (com uma taxa 5,5% a.a., frente aos 2,7% dos homens). Já o crescimento do número de empregadores (5,8% a.a.) deve ser explicado em parte pela ampliação de pequenos estabelecimentos auxiliares das atividades produtivas, impulsionados pelo fenômeno da terceirização.

A promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego está relacionada à meta de eliminação das desigualdades no mercado de trabalho entre diferentes segmentos dos trabalhadores, e constitui um dos princípios norteadores da agenda de Trabalho Decente. A eliminação da discriminação nos ambientes de trabalho está relacionada ao contexto mais amplo de promoção da justiça social e eliminação de barreiras discriminatórias pelo qual se pauta o processo de construção das sociedades democráticas.

Tabela 3: Igualdade de oportunidades – Santa Catarina – 1992/2009

Indicadores	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Distribuição percentual do grupo ocupacional Dirigentes em Geral																
Homens	-	-	-	-	-	-	-	-	67,4	63,2	62	67,1	67,2	67,1	65	64,4
Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-	32,6	36,8	38	32,9	32,8	32,9	35	35,6
Distribuição percentual do grupo ocupacional Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção na estrutura ocupacional																
Homens	-	-	-	-	-	-	-	-	77,8	78,2	76,5	78,1	75,5	77,8	76,8	77,3
Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-	22,2	21,8	23,5	21,9	24,5	22,2	23,2	22,7
Distribuição percentual do grupo ocupacional Trabalhadores dos serviços na estrutura ocupacional																
Homens	-	-	-	-	-	-	-	-	29,3	30,9	31,5	31	30,2	34,7	32,2	29,5
Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-	70,7	69,1	68,5	69	69,8	65,3	67,8	70,5

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

A segregação ocupacional é uma dentre as várias formas de discriminação por gênero. Num primeiro momento, dentro da estrutura ocupacional, há a existência de segregação que leva a uma concentração de gênero em determinados grupos ocupacionais. Apesar da alteração na metodologia da PNAD na divisão dos ocupados segundo ramos de atividade, ocorrida em 2002, é possível observar as diferenças em determinados grupos para cada ano.

Assim, em 1992, enquanto que 23,4% dos homens trabalhavam na Indústria de Transformação (o segundo maior grupo, atrás do setor Agrícola), apenas 13,7% das mulheres estavam no mesmo ramo. Na Indústria de Construção, o cenário era o mesmo: 9,4% para os homens e 0,3% para as mulheres. Ainda para o ano de 1992, as mulheres se concentraram mais no setor terciário (45%) do que os homens (29%), principalmente nos setores de Prestação de Serviço (20%) e Social (10%).

Em 2009, as mulheres já aparecem com um maior espaço na Indústria, quando 20,5% das trabalhadoras catarinenses estavam alocadas no setor (frente a 23,7% dos homens). Contudo, em 2009, a diferença entre homens e mulheres se manteve no grande setor de Serviços, 40% e 56%, respectivamente. Nos ramos de Educação/Saúde/Serviços Sociais e Serviços Domésticos tal desproporção é ainda maior (14% e 10%, respectivamente, para as mulheres e 3,2% e 0,4%, respectivamente, para os homens). Com isso, pode-se afirmar que a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho urbano se deu concomitantemente à manutenção de uma determinada concentração ocupacional.

A segregação pode ser vista também no acesso, dentro da ocupação, a níveis hierárquicos específicos. Como a metodologia sofreu alteração em 2002, os dados só dizem respeito a partir deste último ano. Em 2002, 67% dos dirigentes eram homens, patamar que se manteve praticamente até 2007, quando então se reduz para 64% nos dois anos posteriores. Nos grupos de produção de bens e serviços e reparação e manutenção, mais uma vez há um predomínio da presença masculina em todos os 7 anos analisados, em torno de 77%. Por sua vez, nos grupos ligados aos serviços, o inverso ocorre, ou seja, as mulheres correspondiam a 70% do total das ocupações em 2002; patamar que se reduziu levemente ao longo dos anos 2000, mas que voltou ao mesmo montante em 2009.

3. Rendimentos e remuneração

As duas formas de segregação ocupacional, por setores de atividade e por grupo ocupacional, apesar de melhoras pontuais, ainda persistem no mercado de trabalho catarinense. As desigualdades se refletem de distintas maneiras, perpassando as diferentes dimensões do trabalho, e pode ainda ser identificada no quesito remuneração, representada no menor nível de rendimento médio recebido pelas mulheres em relação aos homens.

O nível de rendimento médio real (dezembro de 2011) em Santa Catarina apresentou uma oscilação no período entre 1992-2009. No ano seguinte a implantação do Plano Real, o rendimento médio dos ocupados foi de R\$ 1.434, acima do prevalecente no início do período (R\$ 1.094). A partir de então, o rendimento médio em SC se reduziu praticamente em todos os anos, atingindo R\$ 1.134 em 2004. Essa tendência se reverteu no final do período, quando o crescimento real ocorreu em todos os anos subsequentes, fechando em 2009 na média de R\$ 1.505.

De modo geral, o hiato no rendimento médio mensal das mulheres frente aos homens em Santa Catarina (tabela 4) sofreu uma queda entre 1992 e 2009. No início da década de 1990, a diferença aumentou de 39,7% em 1992 para expressivos 48,2% no ano seguinte. A partir de então a diferença de rendimentos diminuiu e se manteve relativamente estável a partir de 1998 (com exceção do ano de 2003).

Os anos de 2007 e 2008 foram os anos onde o rendimento médio feminino mais se aproximou do masculino, dentro da série histórica destacada, quando então em 2009, a diferença se elevou novamente para 36,4%. Dessa forma, em Santa Catarina se verifica uma elevada desigualdade no rendimento médio mensal, com as mulheres recebendo mais de um terço a menos do que os homens, valor superior ao verificado para o Brasil em 2009 (29,2%).

Tabela 4: Rendimentos segundo o gênero – Santa Catarina – 1992/2009

Indicador	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Hiato no rendimento médio mensal no trabalho principal recebido pelas mulheres em relação aos homens																		
Mulheres/ Homens	39,7	48,2	-	42,8	38,8	35,5	36,3	34,5	-	34,8	37,9	40,2	36,1	35,4	37,1	32,1	32,4	36,4
Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal (R\$ de dez. de 2011, INPC)																		
Total	1.094	1.094	-	1.434	1.370	1.404	1.339	1.257	-	1.227	1.206	1.225	1.134	1.275	1.375	1.393	1.412	1.505
Homens	1.254	1.291	-	1.676	1.584	1.594	1.546	1.429	-	1.416	1.409	1.456	1.328	1.488	1.626	1.601	1.632	1.772
Mulheres	755	669	-	959	970	1.028	985	936	-	923	875	870	848	962	1.022	1.086	1.103	1.128
% Ocupados com rendimento que recebiam até 1 SM no trabalho principal																		
Total	21,3	17,2	-	14,3	12	11,5	13,5	12,3	-	10,6	12,9	12,3	13	14,5	15,2	12,4	13,9	13,5
Homens	16,2	12,2	-	10,4	9,6	9,3	10	9,2	-	10,2	12,9	11,8	13,1	13,1	14,1	10,5	12,1	12,1
Mulheres	32,2	27,9	-	21,9	16,4	15,7	19,6	18,3	-	19,1	24,2	23,8	23,1	24,3	26,1	22,6	24,3	23,6
% Ocupados sem rendimento. Inclusive pessoas que receberam somente benefício																		
Total	22,4	23,4	-	20	17	17	18	19	-	13	15	13	12	13	13	12	9	9,4
Homens	12,8	13,4	-	10,4	9,7	9,5	10,8	11	-	8,1	8,7	8,3	7,6	7,6	8,9	7,8	5,9	5,9
Mulheres	36,9	38,6	-	34	28,1	28,1	28,2	31,3	-	20,3	24,3	19,7	18,6	19,5	17,9	18,1	13,9	13,9

Fonte: PNAD/IBGE; IPEADATA, DIEESE. Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho - DITE/SST/SC

Um rendimento adequado do trabalho deve ser aquele que forneça as condições de vida social do trabalhador e da sua família e que não seja objeto de discriminação de qualquer ordem. Em um país desigual como o Brasil torna-se importante analisar os rendimentos a partir da sua evolução real ao longo do tempo para os trabalhadores. Uma das abordagens usualmente utilizadas é associar a renda ao comportamento do Salário Mínimo, o que acaba tornando-o um demarcador para averiguar as condições de acesso e provimentos dos meios materiais.

O salário mínimo nacional pode servir, portanto, como um indicativo para se medir a pobreza. Dentre as várias concepções de pobreza, assumi-se aqui aquela que está relacionada à ausência de condições mínimas de subsistência e que leva a prejuízos materiais e sociais.⁵ Assim, ao se estipular, a guisa de aproximação, o salário mínimo como o limite que divide esses dois estados, obtém-se um critério homogêneo e sintético para o período.

Em 1992, 21% dos Ocupados com rendimento em Santa Catarina recebiam até 1 Salário Mínimo, e essa proporção se reduziu ao longo da década de 1990, quando em 2001

⁵ Enquanto que o valor nominal do salário mínimo nacional vigente em 2011 é de R\$ 545,00, o DIEESE calcula como salário mínimo necessário para o mês de agosto de 2011 o valor de R\$ 2.278,77. O cálculo é feito levando em conta o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

atingiu o menor valor da série, 10,6%. A partir de então, o patamar se elevou um pouco, oscilando entre 12% a 15%. Cabe destacar que o aumento recente ocorreu justamente no momento em que a política de valorização do salário mínimo ganhou mais força, ou seja, as pessoas que ganhavam um pouco acima do salário mínimo foram incorporadas nessa classe de rendimento com o aumento do piso nacional.

A população sujeita aos menores rendimentos difere no que se refere ao sexo dos ocupados. Em 1992, 16% dos homens recebiam menos de 1 salário mínimo, enquanto que para as mulheres o montante era de 32,2%. Ao longo do período, a diminuição ocorreu em ambos os sexos, porém, de forma mais acentuada para as mulheres. Mesmo assim, os dados de 2009 revelam que a incidência de menores remunerações ainda recai mais sobre as mulheres, onde quase $\frac{1}{4}$ delas recebiam até um salário mínimo.

Outro aspecto que permite acompanhar o nível de rendimento dos trabalhadores é a proporção dos ocupados que não recebiam nenhuma remuneração. Essa população, no caso de Santa Catarina, está principalmente relacionada com a existência de trabalhadores rurais ligados às propriedades familiares. Devido ao peso dessas atividades no Estado, a proporção dos trabalhadores é acima da verificada em nível nacional. Em 1992, 22,4% dos trabalhadores não recebiam rendimentos, no Brasil, por exemplo, esse valor era de 7,5%. A partir de meados da década, os trabalhadores não remunerados diminuem a sua participação, principalmente a partir dos anos 2000, quando o crescimento econômico e as condições presentes na área rural levam a uma intensificação do deslocamento da população rural. Mais uma vez, há uma diferença nesse quesito no que se refere ao sexo dos trabalhadores. Mais de um terço das mulheres não possuíam rendimentos em 1992 e, dezessete anos depois, esse valor caiu para 14%. Para os homens, no mesmo período, somente 12% não possuíam rendimentos e passaram em 2009 para 6%. A persistência de uma maior proporção de mulheres sem rendimento pode estar atrelada à posição de ‘auxiliares’ nos empreendimentos familiares, de tal modo que os rendimentos obtidos aparecem nominalmente vinculados aos homens.

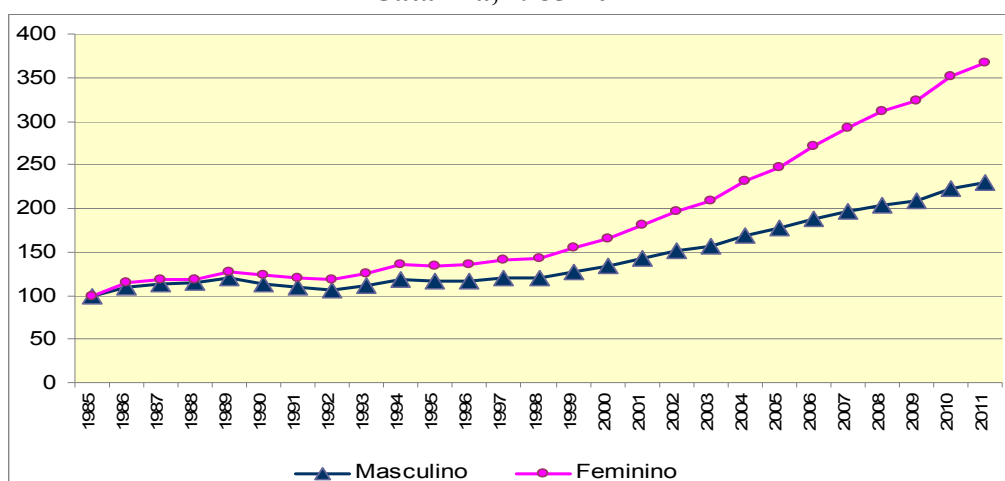
SEÇÃO 2: ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA

1. Evolução do mercado de trabalho formal

Conforme dito, as mulheres no mercado de trabalho catarinense vêm ganhando historicamente mais espaço. No que se refere ao mercado de trabalho formal, a mesma tendência prevalece. O maior patamar de geração de empregos formais para as mulheres em relação aos homens é uma realidade desde os anos de 1990, contudo, é ao final dessa década, e principalmente no início da seguinte, que o movimento ganha maior força. Em outras palavras, o aumento de postos de trabalho formais em Santa Catarina se deve, em muito, ao maior dinamismo do emprego feminino (gráfico 1). Enquanto que em 1985 apenas 33% dos empregos formais eram ocupados por elas, em 2001 tal proporção chega a 38,3%, e em 2011, assume 44%.

Os anos de 2010 e 2011 são marcados por uma dinâmica distinta na geração de vagas com carteira de trabalho assinada. No primeiro ano, Santa Catarina, a exemplo do Brasil, assistiu a uma expansão forte do emprego formal, como consequência do crescimento econômico liderado pelas políticas fiscais e creditícias, o que incentivou o mercado interno. Em 2010, houve um crescimento de 7,7% no número de trabalhadores celetistas no Estado, sendo que as mulheres (9%) tiveram um desempenho superior ao dos homens (6,8 %).

Gráfico 1: Evolução do índice de emprego formal por gênero (dez 1985=100) - Santa Catarina, 1985-2011*



*Os dados de 1985 a 2010 têm como base a RAIS; para se estimar o valor em 2011 utilizou-se o saldo de movimentação do CAGED

Fonte: RAIS/MTE e CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

Em 2011, com a mudança do cenário econômico, dessa vez, em virtude de políticas econômicas contracionistas e da emergência de um novo momento da crise econômica internacional, a geração de empregos sofreu uma desaceleração. Foram gerados em Santa Catarina mais de 75 mil empregos, o que representa um crescimento de 4,3% no número total de trabalhadores formais. Conforme pode ser visto na tabela 5, praticamente metade das vagas criadas em 2011 se destinaram às mulheres. Em outras palavras, apesar da desaceleração ter afetado tanto homens quanto mulheres, essas tiveram novamente um resultado mais positivo, com 5,1% de expansão anual.

Tabela 5: Estoque de trabalhadores celetistas por gênero - Santa Catarina, 2009-2011

GÊNERO	Estoque celetistas 2009	Estoque celetistas 2010	Var. (%) 2010/2009	2011		
				Saldo	Estoque* celetistas 2011	Var. (%) Estoque 2010/11
Masculino	949.905	1.014.391	6,8	38.279	1.052.670	3,8
Feminino	669.713	730.221	9,0	37.009	767.230	5,1
Total	1.619.618	1.744.612	7,7	75.288	1.819.900	4,3

*Estoque estimado com base no saldo de movimentação do CAGED

Fonte: RAIS/MTE e CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

A maior parte das admissões das mulheres no mercado de trabalho em 2011 se deu sob a forma reemprego, ou seja, pessoas que já possuíam um vínculo empregatício formal

em um estabelecimento e depois são contratadas por outro. O percentual de admissões por primeiro emprego – de trabalhadores que nunca possuíram emprego formal anteriormente – foi de 15%. Comparando-se com o desempenho masculino sob essa modalidade, as mulheres tiveram uma maior participação, o que pode significar uma absorção de jovens em busca do primeiro emprego. Quanto aos tipos de desligamentos, em ambos os sexos preponderaram à demissão sem justa causa ou término de contrato. Cabe ressaltar que sob a modalidade de desligamento a pedido, as mulheres tiveram uma maior participação do que os homens (tabela 6). Isso pode ser um indicativo de uma maior confiança das trabalhadoras na busca ou preenchimento de melhores vagas.

Tabela 6: Tipo de movimentação dos empregados celetistas (em %) - Santa Catarina, 2011

Tipo de Movimentação	Masculino	Feminino	Total
Admitidos	666.977	488.730	1.155.707
Admissão por primeiro emprego (%)	12,0	15,0	13,3
Admissão por reemprego (%)	88,0	85,0	86,7
Desligados	628.698	451.721	1.080.419
sem justa causa, término de contrato (%)	58,6	56,6	57,8
demissão com justa causa (%)	1,3	0,9	1,1
a pedido (%)	39,7	42,3	40,8
aposentadoria (%)	0,1	0,1	0,1
morte (%)	0,4	0,1	0,3
Saldo	38.279	37.009	75.288

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

2. Instrução e idade

A escolaridade dos trabalhadores se constitui, a cada dia, como um dos requisitos básicos para se entrar no mercado trabalho ou conseguir melhores condições de inserção, o que a torna um elemento discriminatório, uma vez que o processo produtivo exige cada vez mais qualificação dos trabalhadores. Em 2010, 44,4% dos trabalhadores com carteira assinada em Santa Catarina possuíam até o ensino médio incompleto. A maior parte dos trabalhadores tinha o ensino médio completo (41,5%) e apenas 9,4% apresentava ensino superior. Em 2011, a maioria das ocupações celetistas geradas estava concentrada nos estratos superiores de escolaridade (ensino médio-ensino superior), o que mostra a manutenção de uma maior demanda por parte dos empregadores por mão-de-obra

qualificada. As mulheres notoriamente possuem maior participação relativa nesse segmento, tendência essa que se confirmou no período 2010/11.

Em 2010, mais de 11,5% das mulheres tinham ensino superior, frente a 7,9% dos homens. Em relação a 2011, houve um crescimento de 6,8% no número de trabalhadoras com ensino superior, enquanto que os homens obtiveram um crescimento de 3,7%, abaixo da média catarinense (4,3%). Com isso, pode-se afirmar que as mulheres apresentam não só uma maior inserção no mercado de trabalho, como também o fazem com um maior nível de escolaridade (tabela 7).

Tabela 7: Estoque de trabalhadores celetistas por gênero segundo faixas de instrução (em %) - Santa Catarina, 2010 e 2011

Grau Instrução	2010 (em %)			2011* (em %)			Var. (%) 2010-11		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	-12,7	4,2	-6,8
Até 5ª Incompleto	2,7	2,0	2,4	2,6	2,1	2,4	2,3	9,9	4,9
5ª Completo Fundamental	5,7	4,8	5,3	5,4	4,6	5,0	-2,8	0,2	-1,7
6ª a 9ª Fundamental	9,8	7,4	8,8	9,4	7,0	8,4	-0,4	-0,4	-0,4
Fundamental Completo	19,2	15,5	17,6	18,7	15,0	17,1	1,1	2,1	1,5
Médio Incompleto	10,4	9,4	10,0	10,5	9,5	10,0	4,1	6,5	5,0
Médio Completo	40,1	43,5	41,5	41,3	44,0	42,5	7,1	6,4	6,8
Superior Incompleto	3,9	5,8	4,7	4,0	5,9	4,8	5,4	6,8	6,1
Superior Completo	7,9	11,5	9,4	7,9	11,7	9,5	3,7	6,8	5,3
Total	1.014.391	730.221	1.744.612	1.052.670	767.230	1.819.900	3,8	5,1	4,3

*Estoque estimado com base no saldo de movimentação do CAGED

Fonte: RAIS/MTE e CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

A inserção de jovens no mercado de trabalho é um assunto problemático. Por um lado, deve ser estimulado, pois as famílias dependem cada vez mais da renda auferida por eles na composição da renda total. Por outro, muitas vezes o jovem ao entrar no mercado de trabalho o faz sob condições deletérias (baixos salário e funções subalternas) e, além disso, obstaculiza a continuação dos estudos, principalmente o superior. Em 2010, 25,7% dos trabalhadores formais tinham até 24 anos, enquanto que 27% possuíam de 30 a 39 anos. O ano de 2011 foi marcado pela entrada muito elevada de jovens. Enquanto que a expansão para o conjunto de trabalhadores foi de 4,3%, a faixa de até 17 anos teve um impressionante crescimento de 81%, e os de 18 a 24 anos, 8,3%, quase o dobro da média estadual. Dentro desse movimento, as mulheres tiveram uma participação ainda mais destacada. Para a primeira faixa, o crescimento foi de 84%, para o segundo, 8,5%.

Já para os trabalhadores formais com maior faixa etária, a entrada e a permanência no mercado de trabalho em 2011 foi mais danosa. Para a faixa que compreende os

empregados de 50 a 64 anos houve uma queda de -2,6%, para os de 65 anos ou mais, a taxa foi ainda pior, -10,6%. Com isso, a participação desses contingentes que era de 10% em 2010, caiu para 9,3%. Tal movimento incidu, sobretudo, para os homens (tabela 8).

Tabela 8: Estoque de trabalhadores celetistas por gênero segundo faixas de idade (em %) – Santa Catarina, 2010 e 2011

Faixa Etária	2010 (em %)			2011* (em %)			Var. (%) 2010-11		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 17	2,4	2,5	2,4	4,1	4,4	4,2	79,1	84,1	81,2
18 a 24	22,3	24,7	23,3	23,2	25,5	24,2	8,1	8,5	8,3
25 a 29	17,6	18,8	18,1	17,2	18,2	17,6	1,3	2,0	1,6
30 a 39	27,0	27,1	27,0	26,2	26,1	26,2	0,6	1,5	1,0
40 a 49	19,6	18,6	19,2	18,9	18,0	18,5	0,4	1,4	0,8
50 a 64	10,6	8,1	9,6	10,0	7,6	9,0	-2,9	-2,0	-2,6
65 ou mais	0,5	0,3	0,4	0,5	0,2	0,4	-12,4	-5,4	-10,6
Total	1.014.385	730.218	1.744.603	1.052.664	767.227	1.819.891	3,8	5,1	4,3

*Estoque estimado com base no saldo de movimentação do CAGED

Fonte: RAIS/MTE e CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

3. Setores econômicos

A desaceleração do emprego formal no período de 2010 – 2011 atingiu os setores econômicos de maneira distinta. Sem dúvida, o setor que teve o pior resultado, diante do seu peso ocupacional, foi o Industrial. Isso se deve ao impacto das medidas adotadas pelo governo para diminuição das atividades econômicas no início de 2011 e pela forte valorização do real. Alguns ramos da Indústria presenciaram inclusive um saldo líquido de vagas negativo, o que levou a uma contração no estoque total de trabalhadores, como foi o caso da indústria da madeira e mobiliário (-0,9%), indústria têxtil do vestuário (-2%) e indústria de calçados (-8,2%). Cabe destacar que outros ramos industriais apresentaram uma expansão considerável, como material elétrico e comunicações (8,1%), metalúrgica (6%) e material de transporte (6,7%). Apesar destes últimos, a participação da Indústria no total das ocupações declinou na comparação 2010/2011: de 36,1%, para 35,3%. Se o resultado da indústria ficou aquém, o mesmo não se pode dizer do Comércio e Serviços. Com exceção do ramo de Ensino (3%), todos os demais ramos dos setores tiveram uma expansão acima da média estadual, com destaque para os serviços de comércio e administração de imóveis (7,7%) e de serviços médicos e odontológicos (7,4%) (tabela 9).

Tabela 9: Estoque de trabalhadores celetistas por gênero segundo subsetores de atividade econômica (em %) - Santa Catarina, 2010 e 2011

IBGE Subsetor	2010 (em %)			2011* (em %)			Var. (%) 2010-11		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Extrativa mineral	0,7	0,1	0,4	0,7	0,1	0,4	0,4	0,6	0,4
Indústria de produtos minerais não metálicos	2,8	0,8	2,0	2,8	0,9	2,0	5,4	7,8	5,8
Indústria metalúrgica	4,7	1,0	3,2	4,8	1,1	3,2	5,5	9,2	6,0
Indústria mecânica	4,1	1,3	2,9	4,1	1,4	2,9	3,6	10,3	4,9
Indústria do material elétrico e de comunicações	1,7	0,9	1,4	1,8	0,9	1,4	5,8	14,5	8,1
Indústria do material de transporte	1,4	0,4	1,0	1,4	0,4	1,0	6,1	9,4	6,7
Indústria da madeira e do mobiliário	4,8	2,4	3,8	4,6	2,3	3,6	-1,4	0,4	-0,9
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2,1	1,0	1,6	2,1	1,0	1,6	3,6	6,2	4,3
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0,9	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	-0,4	2,9	0,9
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	3,0	2,3	2,7	2,9	2,2	2,6	-0,9	3,5	0,7
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	6,1	15,3	9,9	5,7	14,3	9,3	-3,4	-1,3	-2,0
Indústria de calçados	0,4	0,6	0,5	0,3	0,5	0,4	-10,6	-6,1	-8,2
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	5,6	7,4	6,3	5,6	7,3	6,3	4,1	3,6	3,9
Serviços industriais de utilidade pública	1,3	0,4	0,9	1,3	0,4	0,9	3,2	5,7	3,7
Construção civil	8,2	0,9	5,1	8,6	1,0	5,3	8,9	17,2	9,5
Comércio varejista	16,7	21,6	18,7	16,8	21,7	18,8	4,2	5,6	4,9
Comércio atacadista	4,5	3,1	4,0	4,6	3,2	4,0	4,9	7,3	5,7
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,3	2,0	1,6	1,3	2,0	1,6	3,8	6,0	5,0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	9,6	9,3	9,4	9,7	9,8	9,7	5,7	10,5	7,7
Transportes e comunicações	8,1	2,3	5,7	8,3	2,3	5,8	5,5	5,3	5,5
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	5,7	13,0	8,8	5,8	13,2	8,9	4,9	6,7	6,0
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	0,6	4,8	2,4	0,6	5,0	2,5	4,8	7,9	7,4
Ensino	2,0	4,7	3,1	2,0	4,7	3,1	2,9	4,1	3,6
Administração pública direta e autárquica	0,6	2,2	1,3	0,6	2,2	1,3	2,8	5,9	5,0
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	3,1	1,5	2,5	3,0	1,5	2,3	-1,9	0,9	-1,2
Total	1.014.385	730.218	1.744.603	1.052.664	767.227	1.819.891	3,8	5,1	4,3

*Estoque estimado com base no saldo de movimentação do CAGED

Fonte: RAIS/MTE e CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

A participação das mulheres no mercado de trabalho segundo os setores econômicos seguiu as linhas gerais antes traçadas. O que chama à atenção é a intensidade desta. Praticamente em todos 25 subsetores as mulheres tiveram taxa de crescimento superior ao dos homens, na comparação 2010/2011, exceção feita à indústria de produtos alimentícios e transportes e comunicações. Cabe ressaltar que apesar da expansão feminina em todos os setores, não necessariamente as mulheres desempenham as mesmas funções dos homens, ou seja, muitas vezes são contratadas para realização de serviços auxiliares ou adjacentes. Contudo, dado o ímpeto dessa expansão e seu espraiamento, pode-se levantar a hipótese de um movimento de maior equidade nas ocupações. O exemplo essa hipótese pode vir da Construção Civil, onde em 2011 se assistiu a um crescimento de mais de 17% no número de trabalhadoras contratadas, bem acima dos 8,9% dos homens.

De modo geral, como resultado consolidado de 2011, as mulheres se concentraram, sobretudo nos setores de serviços, com 37%; somente no ramo de serviços de alojamento e alimentação, em 2011, mais de 13% das trabalhadoras formais estavam alocadas no setor.

A Indústria vem logo em seguida, com 33,2% das trabalhadoras catarinenses, destaque para a indústria têxtil (14,3%).

4. Rendimentos

Apesar da expansão das mulheres catarinenses no mercado de trabalho formal, superando a taxa de crescimento do emprego masculino, a evolução do salário real de admissão entre 2010 e 2011 mostra uma persistência no diferencial de rendimento entre os sexos (tabela 10). Em 2010, as mulheres catarinenses que entravam no mercado de trabalho ganhavam, em média, R\$ 796,20 e, um ano depois, tal valor passou a R\$ 819,68. Apesar do ganho real de 2,9%, a diferença em relação aos homens se ampliou, uma vez que os homens, que já tinham um patamar médio superior, tiveram um ganho real no intervalo de 3,8%. Além disso, essa diferença se faz presente em termos regionais, uma vez que todas as mesorregiões do Estado apresentaram a mesma tendência, com exceção da região Oeste, onde o crescimento das mulheres (5,9%) foi superior ao dos homens.

Com isso, apesar da melhora em relação a 2010, mais de 73% das mulheres ao iniciar seus vínculos empregatícios recebiam até 1,5 salários mínimos em 2011. A situação se torna pior tendo em vista que há uma alta incidência de rotatividade no mercado de trabalho, o que faz com que as mulheres, após terem adquirido um maior patamar de rendimento no seu emprego, tenham que iniciar o seu novo vínculo em patamar dado pelo salário de admissão.

Em termos setoriais, quem pagava em média o maior salário de admissão em 2011 para as mulheres, com exceção da Construção Civil que é marcado ainda por uma alta segmentação ocupacional, foi o setor de Serviços, com R\$ 838,02. Contudo, a maior variação real no salário de contratação, para elas, ocorreu na Indústria, com um crescimento médio de 4,2%.

As jovens que entraram no mercado de trabalho em 2011, que, como vimos, foram expressivas no contexto, o fizeram com salário de admissão muito baixo, em torno de R\$ 790, menor do que o salário de admissão masculino (R\$ 865,79). Contudo, isso não é exclusivo dos jovens. Na questão da idade, em todas as faixas as mulheres ao entrarem nos vínculos receberam em média menos do que os homens nas mesmas faixas etárias. Além

disso, em 2011 em todas essas faixas o crescimento do salário médio real foi menor para elas, exceção feita à faixa de 65 anos ou mais.

Tabela 10: Rendimento mensal médio real (INPC de dezembro de 2011) dos admitidos por gênero segundo região, faixa salarial, faixa etária, escolaridade - Santa Catarina, 2010 e 2011

Itens	2010		2011		Var. %	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Regional						
Brasil	949,89	824,39	986,07	843,73	3,8	2,3
Região Sul	914,58	761,80	959,62	790,85	4,9	3,8
Santa Catarina	941,47	796,20	977,63	819,68	3,8	2,9
Vale do Itajaí	977,03	834,72	1.005,10	858,55	2,9	2,9
Grande Florianópolis	977,12	809,03	1.001,81	814,48	2,5	0,7
Norte Catarinense	963,15	811,61	1.006,97	843,97	4,5	4,0
Sul Catarinense	931,07	767,91	975,59	789,02	4,8	2,7
Oeste Catarinense	863,09	716,60	900,51	758,86	4,3	5,9
Serrana	831,12	710,17	918,25	739,58	10,5	4,1
% Faixa Salarial (em Sal. Mínimos)						
Até 1,0	5,8	12,0	4,0	9,0	-	-
De 1,01 a 1,5	50,3	65,1	47,2	64,5	-	-
De 1,51 a 3,0	38,4	19,7	42,8	23,2	-	-
De 3,01 a 5,0	3,5	2,0	4,0	2,1	-	-
De 5,01 a 10,0	1,2	0,6	1,3	0,7	-	-
Mais de 10	0,3	0,1	0,3	0,1	-	-
Não Classificados	0,4	0,5	0,4	0,5	-	-
Setores						
Indústria	965,61	780,24	1.008,08	812,86	4,4	4,2
Construção Civil	938,41	905,58	986,68	916,70	5,1	1,2
Comércio	883,33	780,01	909,70	807,07	3,0	3,5
Serviços	992,03	828,01	1.022,60	838,02	3,1	1,2
Agropecuária	802,47	672,29	809,86	697,05	0,9	3,7
Faixa Etária						
Ate 17 anos	637,41	641,50	655,59	642,35	2,9	0,1
18 a 24 anos	829,13	762,73	865,79	789,84	4,4	3,6
25 a 29 anos	980,82	861,30	1.017,09	887,56	3,7	3,0
30 a 39 anos	1.060,95	846,35	1.091,86	870,45	2,9	2,8
40 a 49 anos	1.075,68	803,38	1.129,42	823,86	5,0	2,5
50 a 64 anos	1.108,90	785,33	1.153,96	804,35	4,1	2,4
65 ou mais	1.106,65	782,47	1.107,36	850,68	0,1	8,7
Escolaridade						
Analfabeto	789,06	671,31	802,79	704,15	1,7	4,9
Até 5ª Incompleto	837,72	680,61	849,88	695,19	1,5	2,1
5ª Completo Fundamental	832,15	664,49	874,01	685,06	5,0	3,1
6ª a 9ª Fundamental	841,18	690,70	880,18	717,95	4,6	3,9
Fundamental Completo	877,83	711,39	908,93	732,19	3,5	2,9
Médio Incompleto	804,42	692,88	838,74	713,98	4,3	3,0
Médio Completo	933,33	767,21	969,25	792,32	3,8	3,3
Superior Incompleto	1.122,20	897,38	1.147,19	921,30	2,2	2,7
Superior Completo	2.292,82	1.480,51	2.272,06	1.469,62	-0,9	-0,7

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho-DITE/SST/SC

Por último, cabe destacar a evolução do salário médio de admissão na relação entre escolaridade e sexo. Como nas demais variáveis, as mulheres nesse quesito também recebem menos do que os homens em todas as faixas de escolaridade. Chama atenção o fato de que os salários para os homens que possuem ensino médio completo, os quais já recebem salários de contratação em média acima do recebido pelas mulheres, mais do que dobra (2,37) quando os ingressantes possuem ensino superior completo (de R\$ 929,25 para R\$ 2.272,06). Para os salários das mulheres nessas mesmas faixas de escolaridade, o salário não chega a dobrar (1,85).